

A materialidade discursiva das propagandas ideológicas na narrativa de *The Purge: Anarchy* (2014)

The discursive materiality of ideological propaganda in the narrative of *The Purge: Anarchy* (2014)

Sabrina Alves Ferreira

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

sabrialvesfe@gmail.com

Recebido: 16/10/2023

Aprovado: 18/12/2023

Resumo: Neste artigo objetivamos analisar a materialidade discursiva das propagandas ideológicas que são apresentadas no filme *The Purge: Anarchy* (2014) para produzir efeitos de sentido em relação à política expurgatória instituída nos Estados Unidos onde, uma vez por ano, no período de 12h, qualquer crime se torna legal. O intuito é partir da análise de dois discursos apresentados na película, um emitido de maneira oficial na mídia, assinado pela entidade NFFA (*New Founding Fathers of American*) e o outro transmitido por *streaming* pelo ativista social Carmelo. Partindo dessa dicotomia, analisaremos como os discursos têm condições de produção diferentes e de que modo os efeitos de sentido produzidos pela mediação tentaram atuar no imaginário social. Como resultado, partindo de uma Análise do Discurso derivada das discussões de Patrick Charaudeau e Eni Orlandi, foi possível observar como a propaganda emitida pela NFFA sustentou e reproduziu vontades de verdades ancoradas na memória na tentativa de legitimar uma política genocida, e como o discurso de Carmelo oferece uma reação a partir da busca pela legitimidade.

Palavras-chave: discurso; materialidade; ideologia.

Abstract: In this article we aim to analyze the discursive materiality of the ideological advertisements that are presented in the film *The Purge: Anarchy* (2014) to produce meaning effects in relation to the purgatory policy instituted in the United States where, once a year, within 12 hours, any crime becomes legal. The intention is to start from the analysis of two speeches presented in the film, one issued officially in the media, signed by the entity NFFA (*New Founding Fathers of American*) and the other transmitted by streaming by the social activist Carmelo. Based on this dichotomy, we will analyze how discourses have different production conditions and how the effects of meaning produced by mediatization tried to act in the social imaginary. As a result, starting from a Discourse Analysis derived from the discussions of Patrick Charaudeau and Eni Orlandi, it was possible to observe how the propaganda issued by the NFFA sustained and reproduced wills of truths anchored in memory in an attempt to legitimize a genocidal policy, and how the speech of Carmelo offers a reaction based on the search for legitimacy.

Keywords: speech; materiality; ideology.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar a construção linguístico-histórica de dois discursos presentes na narrativa do filme *The Purge: Anarchy* para produzir efeitos de sentido relacionados à adesão (ou não) da população à noite do expurgo. O expurgo caracteriza-se por uma política civil instituída pelos chamados Novos Pais Fundadores - NFFA onde, uma noite por ano, no período de 12 horas, qualquer crime se torna legal: furto, homicídio e até mesmo estupro. Durante as 12 horas de expurgo, os hospitais, corpo de bombeiros e delegacias não funcionam, qualquer cidadão pode expurgar e ser expurgado, exceto figuras de autoridade (presidente e senadores). Para tanto, propõe-se uma análise da materialidade discursiva do anúncio oficial do início do expurgo transmitido nas mídias pela NFFA e do discurso anti-expurgo do ativista social Carmelo, transmitido em uma plataforma de *streaming*. Assim, a questão a ser colocada é como esses discursos produzem efeito de sentido e legitimam políticas configurando-se como discursos propagandistas.

A relevância do estudo proposto é, por um lado, contribuir com os estudos da análise do discurso e da materialidade discursiva, bem como a formação histórica do discurso político. E, por outro lado, oferecer a possibilidade de compreender os modos de produção, seleção e distribuição dos discursos (clivado em suas rupturas políticas e sociais), colocando em jogo as posições discursivas e ideológicas que se encontram em incessante confronto, na luta pela palavra. Tendo em vista que “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua realidade concreta” (GREGOLIN, 2007, p.16), o discurso propagandista apresenta um processo discursivo abrangente e se liga ao gênero político.

Partindo do pressuposto de que é necessário considerar discurso, antes de tudo, como “uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito” (ORLANDI, 2009, p.73), onde o sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto. O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso, não é um conjunto de textos, mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica.

A escolha do *corpus*, cujo recorte é feito no anúncio oficial do governo a favor do expurgo e no discurso anti expurgo do ativista Carmelo, se deu em virtude da polarização política que representam. O objetivo foi analisar discursos opostos, alinhados com ideologias opostas para perceber a materialidade linguística presente em cada um. Adotaremos a visão de Charaudeau de discurso propagandista que se caracteriza como um discurso de incitação a fazer. Assim sendo, todo ato de linguagem se realiza numa situação de comunicação normatizada que define a legitimidade dos sujeitos falantes valendo-se de estratégias discursivas, onde a comunicação determina o espaço de troca (CHARAUDEAU, 2010).

Abordagem teórico-metodológica do discurso

Patrick Charaudeau (2010) aponta que durante muito tempo o discurso foi analisado sob o viés da sustentação de ideias, ou seja, revelar a ideologia que estava sob o discurso. Essa perspectiva desconsidera o sujeito do discurso já que este estava sujeito a entidades abstratas como o Estado. Neste trabalho, serão analisados os discursos propagandistas ideológicos presentes na película *The Purge (Anarchy)* partindo da perspectiva de Patrick Charaudeau, considerando o sujeito do discurso, suas identidades e relações de força. Nessa perspectiva, nos propomos a analisar o discurso numa problemática da influência social na qual os indivíduos falantes são atores (Charaudeau, 2010).

Para embasamento teórico partimos dos postulados propostos por Charaudeau que ao analisar a tipologia do discurso propagandista, aponta que não há relações sociais que não estejam permeadas pela influência e sejam compostas por um princípio de alteridade, não existe um “eu” sem o “ele”. Nessa perspectiva, para se reconhecer como sujeito é necessário que se reconheça um outro sujeito na sua diferença identitária, onde “esta diferença identitária representa para cada um dos sujeitos em presença uma ameaça possível, o que implica estratégias de resolução deste problema pela rejeição ou pela predação do outro” (CHARAUDEAU, 2010, p. 58).

A proposta é a da construção de um dispositivo de interpretação, perceber o não dito em relação ao dito, o que é dito de um modo com o que é dito de outro. Não propomos buscar o sentido “verdadeiro” do discurso, mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica, partindo do princípio de que a própria língua funciona ideologicamente. Conforme aponta M. Pêcheux (1969) todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva

oferecendo lugar à interpretação. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos.

Por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. A formação discursiva de um texto ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante daquela conjuntura. Todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos. O que nos interessa é sua materialidade, que é linguístico-histórica, logo não se remete a regras, mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si, mas o funcionamento no discurso.

A materialidade linguística considera o como se diz, o quem diz e em que circunstâncias o diz. Ou seja, implica naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação. Entendendo que os objetos discursivos são afetados por diferentes memórias discursivas, nosso ponto de partida é o de que a análise do discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos e quais as suas relações com a ideologia, o que nos permite compreender como se constituem os sentidos desse dizer, o compromisso desse dizer com a memória. As palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua. Compreender como um texto produz sentidos é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, é explicar como ele realiza a discursividade que o constitui.

O discurso, a política e a propaganda

O fenômeno político perpassa um conjunto de fatos do âmbito social, jurídico e moral, onde o discurso se encontra no embaraçamento de todos esses fatos. Charaudeau (2006) demonstra como a linguagem se junta à ação no discurso político e qual a incidência disso tem para as diferentes estratégias narrativas. O discurso político, para o autor, não tem sentido fora da ação e a ação busca para todo sujeito o exercício de um poder.

Discurso e ação são dois componentes da troca social que tem uma interdependência recíproca, considerando que todo ato de linguagem é um agir sobre o outro. O agir sobre o outro

tem um objetivo definido: ver a intenção ser seguida, onde o outro está em uma posição de obrigação a ser executada, em relação de submissão ao sujeito que fala. Nessa perspectiva, o que pode levar o sujeito alvo a agir é a existência de uma ameaça que repousa sobre ele ou a existência de uma gratificação. Charaudeau (2006) aponta que a ameaça e a gratificação constituem uma sanção que confere ao sujeito falante uma autoridade.

Em nome de quê o sujeito falante tem o direito de exigir? Essa questão nos remete ao fundamento da autoridade e da força de verdade que justificam os atos. A força de verdade é de ordem transcendental e pessoal, transcendental pois emana de um espaço exterior ao sujeito, de um “Outro” que dita a lei absoluta, seja o povo, o Estado, a república ou mesmo a ciência. E de ordem pessoal visto que a força de vontade é mais restrita na medida em que ela se encontra incorporada ao sujeito como um atributo.

Nessa perspectiva, ocorre uma relação entre linguagem e ação no discurso político. Essa relação foi analisada sob vários vieses, aqui detemo-nos a concepção de Habermas (1989) que considera a manifestação do poder em duas instâncias: o poder comunicacional e o poder administrativo. Para o autor, o poder comunicacional existe fora de toda dominação, sendo o povo seu incitador e seu depositário, circulando no espaço público, o que forma a “opinião pública”, fora da tutela do Estado. O poder administrativo, por outro lado, implica em relação de dominação. Trata-se de regular a vida social por leis e sanções com a finalidade de regular tudo que poderia se opor à vontade de agir. Assim, o sistema político se articula para se defender contra a desestabilização seja excluindo, selecionando ou se impondo. Conforme aponta Charaudeau (2006, p. 257):

Em resumo, poderíamos dizer que o poder comunicacional é o que torna possível a construção de um espaço político ao colocar em cena a questão da legitimidade, e que o poder administrativo, ao se fundar sobre essa legitimidade, ao tirar partido de uma vontade popular, implementa um dispositivo de realização concreta do poder ao se impor às próprias pessoas que o fundaram.

Complementando a teoria de Habermas, Charaudeau (2006) aponta as diferenças entre o dizer político e o fazer político. O dizer político é o plano das estratégias discursivas, tendo como objetivo a imposição de uma opinião. E o fazer político refere-se ao espaço onde se exerce o poder, onde se tomam decisões e se realizam atos. A produção discursiva depende de sua significação e dos

objetivos que determinam as finalidades sociais, onde o campo do político é voltado para as ideias e sua força de verdade, a fabricação de ideologias. E o campo da política é voltado para os atores e sua força de ação, onde ocorre a fabricação das relações de força. O discurso propagandista é, desse modo, um tipo de discurso definido de maneira ideal que se concretiza por diferentes gêneros que variam de acordo com: o tipo de legitimidade do qual goza o sujeito falante, conforme aponta Charaudeau (2010) a natureza do objeto de fala (ou objeto de busca) que constitui o “fazer crer” e o “dever crer”, e o lugar atribuído ao sujeito influenciado.

O sujeito político pode se encontrar tanto dentro da governança quanto fora da governança. Fora da governança quando se trata, por exemplo, de ascender ao poder sendo candidato a uma eleição, e dentro da governança quando ocupa uma pasta no governo. O objetivo de cada sujeito político é o de comunicar e para isso utilizam estratégias diferentes visto que se encontram em posições de legitimidade diferentes. A primeira estratégia é a de palavra de promessa, que define uma idealidade social, portadora de um sistema de valores, o sujeito que enuncia precisa de credibilidade para ter adesão da maioria ao seu projeto, apoiando-se ora à razão, ora a emoção em encenações diversas (comícios, panfletos, cartazes, etc). De acordo com Charaudeau (2006) a palavra promessa adquire aqui não a força de verdade, mas uma força de identificação a uma ideia.

Outra estratégia argumentativa é a palavra de decisão, essa estratégia é fundada sob uma posição de legitimidade. Ao dizer que existe uma desordem social, ela diz que é preciso uma atitude para resolver a anormalidade e criar uma nova ordem. A palavra de dissimulação é outro aspecto intrínseco ao discurso político e está diretamente ligada à questão da mentira na política. O discurso mentiroso não existe em si mesmo. Só há mentira em uma relação em função dos objetivos que recobrem essa relação. Charaudeau (2006) aponta que é preciso considerar que a mentira não tem o mesmo alcance se o interlocutor é singular ou plural, ou se fala no plano privado ou público, o plano público dá uma dimensão singular à mentira.

A mentira pública é justificada porque o objetivo é salvar, a despeito da opinião ou mesmo da vontade dos próprios cidadãos, um bem soberano, ou que constitui a base identitária do povo sem a qual este se perderia. Tem-se a impressão de que se trata de um discurso que não remete a uma vontade de enganar o outro, mas, ao contrário, de um desejo de torná-lo cúmplice de um imaginário que todo mundo teria interesse em conservar (CHARAUDEAU, 2006). Aqui insere-se a articulação

do que representam as duas forças que animam a vida política: a idealidade dos fins (a política) e os meios para atingi-los (o político). Apesar disso, a palavra política exige simplicidade para um maior alcance.

A condição de simplicidade refere-se ao discurso que é utilizado para direcionar-se às massas, utilizando estratégias argumentativas que apelem aos valores que podem ser partilhados e, sobretudo, entendidos pela maioria considerando um conjunto de indivíduos heterogêneos do ponto de vista do nível de instrução e possibilidade de se informar. Charaudeau aponta que simplificar as ideias não é fácil visto que elas se organizam em um sistema de conhecimento e de crenças, onde “é mais uma questão de veracidade que de verdade, trata-se de dizer não é o que é verdadeiro, mas o que eu creio ser verdadeiro e o que o outro deve acreditar ser verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2006, p. 265).

As relações entre materialidade do discurso e autor

Conforme Orlandi (2009, p. 73) “o discurso está para o sujeito assim como o autor está para o texto”. Para isso, há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito que o converte em autor. É na articulação entre o real e o imaginário que o discurso funciona. Um texto é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com outras, na sua constituição. Esse é mais um efeito discursivo regido pelo imaginário, o que lhe dá uma dimensão ideológica, uma ancoragem política. Segundo Foucault (1996), há processos internos de controle do discurso que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso. Nessa perspectiva, o princípio do autor limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma de individualidade e do eu. É assim que o autor é pensado como uma função discursiva: produtor de linguagem, produtor de texto. O autor é uma das dimensões do sujeito que está mais determinada pelo contexto sócio-histórico.

Orlandi (2009) aponta que a autoria é a mais afetada pela coerção, está submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. O sujeito, enquanto autor, ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo sua identidade como autor. Não basta falar para ser autor, a autoria implica em uma inserção na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social.

O interdiscurso significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos. Representa a alteridade por excelência (O Outro), a historicidade. A historicidade, na análise do discurso, deve ser compreendida como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem. Essa é a relação entre língua e discurso: a língua é pensada “como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história”, M. Pêcheux (1980).

Existem maneiras de trabalhar o não dito na análise do discurso. O silêncio, nesse aspecto, indica que o sentido pode sempre ser outro, isso Orlandi (1993) chama de silêncio fundador. O silenciamento ou política de silenciamento se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outra palavra, e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura. As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhado de palavras, conforme Orlandi (2009).

O que caracteriza o discurso, antes de tudo, não é o seu tipo mas o seu modo de funcionamento, tomando como referência elementos constitutivos de suas condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos. E. Orlandi, (2009) distingue os discursos em: 1) discurso autoritário: aquele que a polissemia é contida, o locutor é agente exclusivo e apaga sua relação com o interlocutor; 2) discurso polêmico: aquele que a polissemia é controlada, mas o referente e os sentidos são disputados pelos interlocutores; 3) discurso lúdico: a polissemia está aberta, onde o referente está presente e os interlocutores não regulam a relação com os sentidos.

Orlandi (2009) aponta que a denominação do discurso não julga o sujeito do discurso, não é um juízo de valor, é uma descrição do funcionamento discursivo em relação a suas determinações histórico-sociais e ideológicas. Por outro lado, não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico. O que há são misturas de articulações de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário ou tende para autoritário. Ou seja, há múltiplas relações e diferentes naturezas entre os discursos: relação de inclusão, exclusão, sustentação, oposição, migração, etc. O texto é sempre uma unidade complexa, não há discurso que não esteja em relação com outros discursos, que não forme um trincado nó de discursividade.

The Purge: Anarchy aborda as tensões raciais e de classe dos Estados Unidos, bem como sua controversa cultura de armas e, portanto, é digno de uma análise do discurso. Se *The Purge* tem sido

visto por críticos e comentaristas de cinema principalmente como uma acusação à política ultraconservadora e suas obsessões por raça, armas ou crueldade anti-bem-estar, este trabalho considera que esse discurso não está fechado em si mesmo e estabelece relações com outros discursos. Aqui, o filme é discutido pelas lentes da materialidade do discurso, onde o ritual da noite do Expurgo é lido como uma propaganda da violência institucionalizada do mercado e a violência interpessoal reprimida que ele desloca no processo civilizatório (ELIAS, 1978). Nessa perspectiva, a materialidade discursiva compreende como os sentidos e os sujeitos nele se constituem e constituem seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. A ideologia, nesse sentido, é constitutiva tanto do sujeito quanto da produção dos sentidos.

Análise do discurso: A materialidade discursiva em *The Purge: Anarchy* (2014)

O objeto deste estudo são dois discursos inscritos no cotidiano de uma sociedade distópica em *The Purge: Anarchy*, e para analisá-los é imprescindível um tratamento analítico da sociedade representada para se conhecer e compreender como ela se estrutura socialmente. Tendo como princípio que o discurso é prática social, cuja materialidade é a língua que, ao expressar historicamente a ideologia, engendra sentidos para as posições discursivas ocupadas pelos sujeitos que enunciam. Cabe perguntar, todavia: que sujeito é este? Qual sua posição e lugar no mundo? Em que tipo de sociedade ele habita?

A narrativa do filme sugere que a política expurgatória tenha sido sancionada como uma reação populista de extrema direita à criminalidade, à pobreza e à agitação social que a política moderada do sistema bipartidário tradicional se mostrou incapaz de responder. Dessa forma, uma destilação e liberação de impulsos agressivos em uma estreita janela anual de tempo ritualizado ajuda, por sua vez, a domar as taxas de criminalidade explosivas, reduzir o desemprego e reduzir a miséria que assola a sociedade pré-expurgo. Uma explosão institucionalizada anual de violência destina-se a fornecer condições de igualdade para todos, mas torna-se evidente que são principalmente os ricos que atacam os pobres, com o próprio governo empenhado na eliminação de suas populações economicamente marginais, em um conjunto de políticas que equivalem a um abate dos pobres.

Observa-se que a narrativa fílmica tem em foco uma sociedade de classes, sustentada sobre a exploração do trabalho do homem por outrem; uma sociedade em que, enquanto dissolve o valor de uso do trabalho, impõe o valor de troca e a mais-valia, expandindo e, contraditoriamente, reduz “tudo” à mercadoria. É uma sociedade movida sob a égide do capital, regendo os homens, suas práticas e os discursos que a orientam. As relações de força motorizadas pela luta de classe se manifestam nas formulações dos sujeitos porta-vozes dos discursos que circulam, expressando a realidade sócio-histórica que os determina.

Evidentemente, nem todo dito, nem todo dizer formulado e constituído a partir da e na realidade social é transparente; na verdade, todo dito omite na superfície discursiva outros dizeres, não-ditos silenciados. Por isso, para um procedimento de análise, toma-se a superfície discursiva, ou as “margens do dizer” (ORLANDI, 2009), como ponto de partida, para poder chegar à compreensão e à explicação do “conjunto complexo contraditório” (o interdiscurso) das formações discursivas nas quais o discurso encontra assento e representa (AMARAL, 2007). Assim, é possível entender a posição discursiva que os dois sujeitos dos discursos, a serem abordados em seguida, ocupam no jogo combinado e contraditório das forças impulsionadoras da sociedade distópica representada no filme.

A imprensa é porta-voz e ocupa uma posição discursiva de classe. Portanto, o discurso da noite do expurgo divulgado pela imprensa não pode ser considerado “ideologicamente neutro”; a imprensa está sempre representando um discurso de classe. No caso do discurso aqui analisado, têm-se os sujeitos porta-vozes midiáticos – o novo partido político chamado de Novos Pais Fundadores - NFFA. Como em qualquer sociedade, distópica ou não, os partidos políticos dispõem de meios massivos para formar a opinião pública e gerar produtos que lhes garantam lucros pelo tratamento da informação. Assim, realizam práticas midiáticas em conformidade com os interesses do capitalismo. No início da noite do expurgo, é transmitido nos canais oficiais de comunicação dos Estados o seguinte anúncio:

Isto não é um teste. Este é o seu sistema de transmissão de emergência anunciando o início do Expurgo Anual sancionado pelo governo dos EUA. O uso de armas da classe 4 e inferiores estão autorizadas durante o expurgo. Todas as outras armas são restritas. Funcionários do governo do ranking 10 receberam imunidade do Expurgo e não devem ser machucados. Começando na sirene, todo e qualquer crime, incluindo assassinato, será legal por 12 horas contínuas. A polícia, os bombeiros e

os serviços médicos de emergência estarão indisponíveis até amanhã de manhã às 7 horas da manhã, quando O Expurgo se concluir. Abençoados sejam nossos Novos Pais Fundadores e a América, uma nação renascida. Que Deus esteja com todos vocês.

A participação é incentivada ao som do dever cívico, como alude o anúncio público que ecoa pelos alto-falantes de rua, rádios e aparelhos de televisão para marcar o início da noite do Expurgo. Purgar torna-se não apenas um direito, mas um credo e um ritual de limpeza com sua própria oração para os participantes. Ao se intitularem “novos pais fundadores” fica subentendido que existiram os “velhos pais fundadores”, sendo esse discurso uma prática simbólica. Conforme apontado por Charaudeau (2006), todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior, aqui a identidade se faz presente ao passo que o resgate da memória é utilizado como ferramenta discursiva. Ao evocar os pais fundadores, a NFFA coloca o dito em relação ao não dito, onde ocorre a manifestação da ideologia e produção dos sentidos na constituição dos sujeitos. A denominação “Novos Pais Fundadores” reflete um discurso já realizado, aqui a história se faz presente na língua caracterizando o discurso como objeto linguístico-histórico, o interdiscurso representando a alteridade e a relação com o Outro. Charaudeau (2010, p.68) aponta como esse estilo de propaganda se qualifica:

[...] procura fazer com que se forme uma opinião ou fazer com que ela se altere – acrescentam -se duas características. Uma é que o manipulador não revela seu projeto de realização e o maquia sob um outro projeto que é apresentado como favorável ao manipulado (quer o benefício seja de ordem individual ou coletiva). A outra é que o manipulador, para melhor impressionar o manipulado, tira partido de certa posição de legitimidade que lhe é dada pela situação e joga com uma credibilidade que ele teria adquirido em outra parte. A consequência disso é que o manipulado, ignorando o verdadeiro teor deste projeto, se deixa persuadir por esta falsa aparência e entra no jogo de persuasão do manipulador sem se dar conta. Assim sendo, a manipulação vem acompanhada da ilusão, pois há a relação entre um influenciador -manipulador que esconde sua intenção e um influenciado -manipulado que ignora esta intenção. Este último pode até mesmo ser a vítima (mas não necessariamente).

No enunciado, a linguagem se junta à ação ao passo que ambos têm uma interdependência. Ao anunciar “Isto não é um teste. Este é o seu sistema de transmissão de emergência anunciando o início do Expurgo Anual sancionado pelo governo dos EUA” fica claro a vontade de agir sobre o outro, ver a intenção ser seguida. Nessa perspectiva, uma ameaça é o que condiciona os sujeitos a

aderirem ao discurso atribuindo uma autoridade ao locutor, onde “o sujeito alvo é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade em uma posição de dominante, e os dois em uma relação de poder” (CHARAUDEAU, 2006, p. 254). Aqui o fundamento da autoridade e da força de verdade é de ordem transcendental pois emana de um espaço exterior ao sujeito: o Estado. O sujeito político nesse discurso se encontra dentro da governança, portando um sistema de valores bem definidos e uma legitimidade, utilizando a palavra de decisão como estratégia argumentativa.

Ao enunciar “Que Deus esteja com vocês” adquire aqui não a força de verdade, mas uma força de identificação a uma ideia, onde percebemos a palavra de promessa utilizada como estratégia argumentativa. O discurso não é puro, ao passo que apresenta uma mescla entre discurso autoritário e discurso polêmico. A dramatização se faz presente já que o sujeito político emprega argumentos e palavras que emocionam, visto que o campo político se transforma em um domínio onde se movem relações de força simbólica para a conquista e gestão do poder, ocorrendo uma articulação entre a identidade dos fins (o político) e a disposição dos meios para atingi-lo (a política). A solução consiste em propor medidas que deveriam reparar o mal existente e, ao mesmo tempo, construir a imagem daquele que se apresenta como um salvador: para lutar contra a insegurança, serão propostas medidas de coerção drásticas, para reerguer a situação econômica, será proposto baixa nos impostos para os cidadãos. Com isso, o defensor destas medidas aparecerá de forma tão credível que construirá para si uma imagem de homem forte (um *ethos* de potência e de chefe) e de salvador da nação (Charaudeau, 2010).

Apesar de prometer igualdade de condições, o Expurgo aumenta as injustiças existentes. É nesse contexto que vemos vários tipos de resistência se formando contra ela. Há uma resistência armada organizada – um movimento revolucionário liderado por Carmelo John (interpretado por Michael K Williams), que transmite o que chama de “Comunicado do Carmelo” por *streaming*, com o seguinte discurso:

Sacrificamos os melhores elementos para obter a paz. Não veneramos mais no altar de Cristo. Maomé. Javé. Adoramos no altar das armas de fogo. Nós, o povo, não sabemos o que fazemos. O Expurgo não é pra resumir o crime a uma noite e lavar nossa alma através da violência. A questão é só uma: dinheiro. Quem morre hoje? Os pobres. Não podemos nos proteger.

Carmelo anuncia que para além da descarga purificadora da raiva, a função social do expurgo explica-se pela eliminação sistemática de grandes faixas de populações miseráveis e economicamente supérfluas. Estes atacam a si mesmos em violência niilista arbitrária (os ricos podem oferecer proteção e segurança, os pobres são alvos abertos); seja perseguido pelas classes altas, que se divertem com a matança hedonista; ou o próprio governo, que os remove de forma silenciosa, mas eficiente – caminhões sem identificação transportando tropas militares varrem as áreas urbanas mais pobres para atingir seus moradores.

Charaudeau (2006) aponta que as condições de credibilidade levam o sujeito político a construir uma imagem de si perpassando por três *ethos*: lucidez, engajamento e virtude. Em seu discurso, Carmelo articula os três *ethos* ao se identificar com o povo, demonstrar sua vontade de agir e autoridade ao ser o representante do povo anti-expurgo. A formação discursiva do enunciado de Carmelo ganha sentido porque deriva de um jogo ideológico dominante da conjuntura política apresentada no filme. O enunciado é afetado por memórias discursivas diferentes do enunciado da NFFA, constituindo outros sentidos do dizer. Aqui o que leva o sujeito a agir é a existência de uma ameaça: a morte iminente. A força de verdade é de maneira pessoal já que se encontra incorporada ao sujeito. Nesse discurso o poder comunicacional, conforme apontado por Habermas (1989), existe fora de toda dominação, circula no espaço público, configurando a “opinião pública”. O sujeito político Carmelo se encontra fora da governança e, conseqüentemente, em uma posição de legitimidade diferente da atribuída à NFFA.

Carmelo se encontra em uma posição de não autoridade e utiliza a estratégia propagandista do fazer crer. Esse discurso tem como alvo uma instância coletiva, se inscrevendo num dispositivo de difusão. Para conseguir o objetivo de fazer crer e colocar a instância de recepção em posição de dever crer, o discurso propagandista se organiza de acordo com um duplo esquema cognitivo, narrativo e argumentativo (Charaudeau, 1992, 2008). Dessa forma, a estratégia argumentativa utilizada é a da palavra de decisão, ao enunciar “O Expurgo não é pra resumir o crime a uma noite e lavar nossa alma através da violência”, Carmelo explicita que existe uma desordem social e que é necessário agir para resolver. Aqui insere-se a articulação da política com o político: a idealidade dos fins e os meios para atingi-lo. Conforme aponta Charaudeau (2010, p. 68):

Discursos de promessa, ou até mesmo de profecia, um discurso de encantamento mais ou menos mágico que faz parte de uma ordem moral (dever fazer ou não fazer) ou de um sonho (poder fazer), sem, no entanto, se apresentar de maneira prescritiva – não se deve dar a impressão de ser autoritário, sob pena de se tornar suspeito – de forma a suscitar a esperança por “dias melhores”.

O discurso de Carmelo também apresenta condições de simplicidade, apela aos valores partilhados e ao utilizar o termo “Nós, o povo” considera que existe uma heterogeneidade e, conseqüentemente, identificação, mas, também, que existe uma diferença entre “nós” e “eles”. A materialidade discursiva se organiza em um sistema de crenças ao passo que o discurso é articulado na relação entre o real e o imaginário, estabelecendo uma relação do discurso com sua identidade e individualidade determinados pelo seu contexto sócio-histórico. O não dito fica em evidência ao passo que Carmelo enuncia “Não veneramos mais no altar de Cristo. Maomé. Javé. Adoramos no altar das armas de fogo.”, onde o silêncio constitutivo apaga uma palavra em relação a outra. O discurso se torna polêmico e lúdico ao passo que os sentidos são disputados pelos interlocutores, mas a polissemia está aberta.

Assim, há dois tipos de discurso propagandista em *The Purge: Anarchy*. Essa análise aponta que os discursos não são do mesmo teor e que não são utilizados da mesma maneira, mas ambos são construídos na negação ou identificação com um Outro. Nota-se nos discursos abordados que a finalidade não é a verdade, mas o “fazer crer”, esse fazer crer é constituído por meio da persuasão, utilizando-se estratégias discursivas para um alcance massificado. Dessa forma, a narrativa fílmica coloca em questão o lugar do discurso de persuasão numa sociedade democrática, já que as linhas de estratégia de persuasão legítima e manipulação mostram-se cada vez mais tênues.

Considerações finais

The Purge: Anarchy abrange questões específicas sobre as relações de poder, envolvendo o papel do Estado e o lugar destinado ao discurso na sua estrutura política. Dessa maneira, abrange a temática de modo a explicitar a materialidade discursiva evidenciando como essa se constitui em relação com outros discursos. Ao utilizarmos da ficção, em específico, evidenciamos com esse estudo que uma obra, independentemente de ser ficcional, é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da sociedade que a produziu. Foi nesse sentido que a obra cinematográfica foi tratada, buscando evidenciar que a mais fantasiosa obra cinematográfica de ficção carrega por trás de

si ideologias, imaginários e relações de poder que refletem o real.

A análise do discurso, proposta metodológica desenvolvida no presente trabalho, contribuiu de maneira importante no processo de reconhecimento das continuidades históricas presentes na película, pois possibilitou o estudo das estruturas sócio-linguísticas fundamentadas historicamente. Nesse sentido, o ponto de partida metodológico para examinar a materialidade discursiva veio ancorado na percepção de que a narrativa - pretendendo ser retrato da realidade ou não - é em todos esses casos *história*.

Nesse sentido, as narrativas presentes no filme estão carregadas de subjetividades, visto que cada discurso traz aspectos de suas crenças, valores, lugar social, embebido de dimensões imaginárias e simbólicas que proporcionaram importantes *insights* sobre o conflito nas relações de poder. Não só isso, as narrativas ao serem entendidas como propagandas, abordou os mecanismos e processos de dominação e as variadas estratégias de persuasão.

Referências:

- AMARAL, Maria Virginia Borges. **O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette. 1992.
- _____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto. 2008.
- _____. O discurso propagandista: uma tipologia. in MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato. **Análises do Discurso Hoje**, vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p.57-78, 2010.
- DE MONACO, James. **The Purge: Anarchy**, 2014.
- ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Oxford: Blackwell, 1978
- FOUCAULT, Michael **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.
- GREGOLIN, M. R. **Comunicação, mídia e consumo: Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades**. São Paulo, vol. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do Silêncio**, Editora da Unicamp, Campinas, 1993.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso - AAD-69 (1997)**. Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997

_____. Lire l'archive aujourd'hui. **Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage**, Première série, n°2, 1980.